

COMUNICAÇÃO PÚBLICA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA MUNICÍPIO VERDEAZUL EM SOROCABA

Gisele Gabriel¹ – Universidade de Sorocaba

Resumo:

Este artigo é resultado de uma dissertação de mestrado que trata sobre a Comunicação Pública (CP) realizada na cidade de Sorocaba (SP), por meio das campanhas e matérias jornalísticas sobre o Programa Município VerdeAzul (PMVA). Nesse sentido, o objetivo foi averiguar como a Prefeitura de Sorocaba vem trabalhando, nos últimos dez anos, suas ações ambientais e a conscientização da sociedade sobre a importância da preservação do meio ambiente. Em relação ao método, este estudo envolveu pesquisa bibliográfica, análise de conteúdo e análise de narrativas. O material pesquisado foi composto por matérias jornalísticas publicadas, de janeiro de 2006 a dezembro de 2016, veiculadas no Jornal Cruzeiro do Sul e a campanha *Por que Sorocaba é um Município VerdeAzul?*, veiculada em 2010. Os dados coletados apontaram que a implementação do PMVA na cidade, bem como o título de cidade educadora, servem para direcionar a agenda pública do município, no que diz respeito a ações educativas, a fim de informar a população sobre problemas ambientais, bem como sobre a existência e as funções de um debate público. Apesar de existirem algumas lacunas, Sorocaba se utiliza de elementos da CP, com base nos textos analisados, como uma comunicação informativa, com diferentes atores da sociedade, seja para informar sobre a gestão pública, prestar contas, ou informar sobre debates públicos. Como possibilidade de pesquisas futuras, defendemos uma abordagem pelo sensível, pelo poético, que possui a capacidade de comunicar e transformar a maneira como percebemos o mundo ao nosso redor.

Palavras-chave: Comunicação Pública. Educação Ambiental. Programa Município VerdeAzul. Narrativas ambientais. Prefeitura de Sorocaba.

Abstract:

This article is the result of a MA dissertation that deals with Public Communication (PC) held in the city of Sorocaba (SP), through campaigns and news about the GreenBlue City Program (GBCP). In this sense, the goal was to investigate how the city of Sorocaba has been working, in the last ten years, its environmental actions and the awareness of society about the importance of preserving the environment. Regarding the method, this study involved bibliographic research, content analysis and narrative analysis. The material researched was composed of news, from January of 2006 to December of 2016, published in the Cruzeiro do Sul Newspaper and the campaign *Why Sorocaba is a GreenBlue City?* published in 2010. The collected data indicated that the implementation of the GBCP in the city, as well as the title of educating city, serve to direct the public agenda of the municipality, with respect to inform the public about environmental problems, as well as the existence and functions of a public debate. Although there are some gaps, Sorocaba uses elements of PC, based on the texts analyzed, as an information communication with different actors of society, either to report on public management or to report on public debates. As a possibility for future research, we advocate a sensitive, poetic approach that can communicate and transform the way we perceive the world around us.

Keywords: Public Communication. Environmental Education. Environmental narratives. GreenBlue City. Sorocaba City Hall.

1. Contextualização

A dissertação de mestrado intitulada: *Narrativas ambientais: reflexões a partir da comunicação pública sobre o Programa Município VerdeAzul em Sorocaba* (2019) se

¹Doutoranda e Mestra em Comunicação e Cultura, pela Universidade de Sorocaba. E-mail: gisele83gabriel@gmail.com.

desenvolveu pelo interesse em demonstrar a importância e o impacto do meio ambiente em nossas vidas, e do quanto a comunicação exerce um papel fundamental na propagação da educação ambiental e na consolidação de uma cultura consciente.

A pesquisa iniciou-se como um estudo exploratório sobre a comunicação pública realizada pela Prefeitura de Sorocaba, São Paulo, nos últimos dez anos (2006-2016), o que também a configurou como um estudo de caso – como o próprio nome indica, é a pesquisa realizada a partir da análise de uma situação, de certo modo, já delimitada. O estudo de caso foi auxiliado, ainda, pela análise de campanhas veiculadas nas mídias locais e também de narrativas jornalísticas, envolvendo o tema da comunicação ambiental. Para o levantamento das matérias jornalísticas sobre o meio ambiente foi utilizado o Acervo Digital Cruzeiro do Sul (Sorocaba/SP). Para o procedimento de análise desses dados foi empregada a análise de conteúdo de Laurence Bardin (2009). Além das matérias jornalísticas, foi incluída a campanha *Por que Sorocaba é um Município VerdeAzul?*, veiculada em 2010. O objetivo da campanha era divulgar para todos os munícipes sobre a premiação do selo VerdeAzul e a colocação da cidade no ranking do Programa.

Vale ressaltar que, o Programa Município VerdeAzul (PMVA)², lançado em 2007 pelo governo do estado de São Paulo, através da Secretaria do Meio Ambiente, tem como objetivo avaliar a eficácia e o gerenciamento em relação ao meio ambiente por meio de dez critérios de avaliação que são: esgoto tratado, resíduos sólidos, biodiversidade, arborização urbana, educação ambiental, cidade sustentável, gestão das águas, qualidade do ar, estrutura ambiental e conselho ambiental. O projeto também tem como intuito incentivar e qualificar as prefeituras no desenvolvimento de programas ambientais. Em 2016, Sorocaba conquistou o 7º lugar no PMVA. Este certificado aponta para uma cidade com práticas sustentáveis e preocupada com a educação e a preservação ambiental (PREFEITURA DE SOROCABA, 2017).

Nosso intento aqui foi analisar as narrativas contidas nas matérias jornalísticas referente o Programa Município VerdeAzul, bem como a campanha *Por que Sorocaba é um Município VerdeAzul?*, mesmo esta tendo caráter publicitário, e a partir da literatura existente, compreender o uso desta narrativa como um dispositivo que pudesse afetar as atitudes de diferentes atores da sociedade em relação aos problemas ambientais.

2. Embasamento teórico

2.1 Comunicação Pública

² Informação disponível no site: <<http://verdeazuldigital.sp.gov.br/site/o-projeto/>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

O conceito de Comunicação Pública (CP) no Brasil começou a ser abordado em meados de 1980 e as razões que despertaram o interesse da CP nos meios acadêmicos foram: a redemocratização do país, em 1985, a Constituição Federal de 1988, que garantiu legalmente a liberdade de imprensa e expressão, a divulgação e transparência dos atos de governo (KOÇOUSKI, 2012a, 2012b). Contudo, no Brasil, a dificuldade em definir o campo de atuação da CP está na ausência de inter cruzamento entre as três dimensões apontadas pelo italiano Paolo Mancini (2008 apud KOÇOUSKI, 2012b): os promotores ou emissores, a finalidade e o objeto. Os promotores ou emissores podem ser organizações públicas, privadas ou semipúblicas. A finalidade é apontada de forma negativa, ou seja, a comunicação não deve ser direcionada para a obtenção de uma vantagem econômica, como a venda de produtos ou a troca para fins comerciais. Por fim, o objeto é tudo aquilo que diz respeito à comunidade como um todo.

A CP deve ser estrategicamente voltada às necessidades atuais e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Só assim ela será eficaz e irá validar o comprometimento das organizações públicas com a qualidade de seus serviços e diminuição das desigualdades sociais (GERZSON; MÜLLER, 2009).

Brandão (2007) define a comunicação pública como o processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre o Estado, o Governo e a Sociedade, e explica que para entender e aceitar sua complexidade e importância é necessário ver a organização política da sociedade como referência central, e a CP, como uma de suas manifestações mais importantes.

Para Mainieri e Ribeiro (2011), a comunicação pública é importante para incentivar a prática da cidadania, tanto na esfera pública, quanto na privada.

O Estado é o único entre os demais atores que deve agir inteiramente com a comunicação pública (KOÇOUSKI, 2012b). Além disso, é um direito de todo cidadão, ou seja, todas as pessoas têm direito a receber informações.

2.2 A importância da educação para a preservação ambiental

Se a comunicação pública se destina a incentivar a prática da cidadania, a educação propõe o conhecimento acerca do meio ambiente.

De um modo geral, a educação ambiental é pautada sobre os diversos problemas acerca da questão ambiental no mundo contemporâneo. Nela se discutem as mudanças climáticas, o buraco na camada de ozônio, a extinção de animais, o crescimento urbano descontrolado, os agrotóxicos nos alimentos, a violência contra as minorias, os arsenais de armas químicas, entre outros temas de grande importância.

A educação é um direito de todos os cidadãos e a educação ambiental é como uma resposta à crise na educação, pois as questões ambientais deveriam estar inseridas em todos os contextos educativos (PADUA; SÁ, 2011).

De acordo com Reigota (2017), a educação ambiental surgiu numa reunião em Roma em 1968. Conhecida como o Clube de Roma, essa reunião agrupava cientistas dos países desenvolvidos que debatiam sobre o consumo, as reservas naturais e o crescimento populacional até meados do século XXI. Ele defende que o âmbito escolar é de grande significância para a aplicação da educação ambiental, e ela não deve ser inserida apenas nas áreas biológicas, mas em todas as áreas do conhecimento, com o intuito de possibilitar diferentes compreensões do mesmo problema sobre o ponto de vista de outra disciplina. Através deste panorama, a educação ambiental deve ser um tópico interdisciplinar.

A educação ambiental não serve apenas para nos ensinar os princípios sobre água, lixo, reciclagem e sustentabilidade, mas também para nos instruir, para que possamos evoluir, zelando pelo nosso ambiente individual e social (GOMES DA SILVA; GASPARETTO HIGUCHI; MOREIRA DE FARIAS, 2015). Ela deve fazer parte de um processo educativo que conduz a um saber ambiental sobre valores éticos para a cidadania e para o convívio social (SORRENTINO *et al.*, 2005). Um instrumento para formar cidadãos comprometidos com as causas ambientais e que sejam capazes de intervir na esfera pública e política.

No Brasil, a Agenda 21 foi de grande importância para a validação de ações de educação para a gestão ambiental, tanto para as escolas quanto para contextos comunitários (PADUA; SÁ, 2011).

O Ministério do Meio Ambiente explica que a Agenda 21 Brasileira³ pode servir como uma ferramenta de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diversas bases geográficas, reunindo métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. O documento possui quatro seções: I) Dimensões sociais e econômicas; II) Conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento; III) Fortalecimento do papel dos grupos principais; IV) Meios de implementação.

Pensar em educação ambiental implica em perceber a importância de uma educação transformadora. Por isto, a educação deve saber se expressar para além da fala e da escrita, provando as linguagens da imagem, do som, das tecnologias da informação e da comunicação (TRAJBER, 2005).

³ Informação disponível no site: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

O papel dos educadores ambientais é o de posicionar os alunos em relação à crise socioambiental, além de transformar hábitos e práticas sociais. A introdução da educação ambiental numa perspectiva crítica acontece quando o professor assume uma postura reflexiva que possibilita motivação e sensibilização frente às questões ambientais (JACOBI, 2006).

2.3 Comunicação Ambiental

Pesquisadores do campo da comunicação consideram importante haver uma área específica em questões ambientais, dos indivíduos, das organizações e da sociedade. Pois a comunicação ambiental é vital para delinear a relação do ser humano com a natureza (SMITH, 2012).

A norma ISO 14063 define comunicação ambiental como sendo o processo de partilhar informação sobre conteúdos ambientais entre organizações e suas partes interessadas, tendo em vista semear confiança, credibilidade e parcerias para conscientizar os envolvidos e para empregar as informações no processo decisivo. A norma está estruturada para propor o alinhamento entre os princípios, a política, a estratégia e as atividades de comunicação ambiental.

O surgimento da comunicação ambiental auxilia na conscientização da sociedade, empresas e órgãos públicos, em cooperar com o desenvolvimento sustentável, que convenha às necessidades de seus consumidores, clientes e futuras gerações. Portanto, a comunicação ambiental é essencial para advertir as organizações e os consumidores sobre os impactos ecológicos gerados a partir de seus hábitos, como por exemplo: o consumo (GARCÍA; SANTISO, 2010).

De Lima *et al.* (2014), com base em Porto-Gonçalves (2006), expõe as dificuldades em uma comunicação voltada para questões ambientais diante de um cenário que prioriza o lucro, onde dificilmente irá se propagar um discurso contrário ao crescimento econômico. Pois, como os veículos de comunicação dependem de investimentos de anunciantes que nem sempre levam em conta a degradação do meio ambiente para atingir seus lucros, há, portanto, uma divergência entre o que se espera e o que ocorre quando o assunto é a comunicação ambiental.

Citelli e Falcão (2015) apontam lacunas nos fluxos de comunicação ambiental do poder público em direção aos cidadãos e dos cidadãos em direção ao poder público. Os autores ainda salientam a urgência de desenvolver nas comunidades urbanas projetos que possibilitem resgatar, reorganizar, reconectar e redistribuir saberes em relação à comunicação ambiental.

3. Análises narrativas

3.1 Campanha *Por que Sorocaba é um Município VerdeAzul?*

A campanha *Por que Sorocaba é um Município VerdeAzul?* foi veiculada em 2010, após o município conquistar o 7º lugar no PMVA. Os vídeos foram exibidos na TV TEM (rede regional de televisão, afiliada à Rede Globo) e no SBT (Sistema Brasileiro de Televisão). As campanhas de rádio foram para IPAFM (Rádio Ipanema FM, frequência 91.1 MHz), Antena 1 (frequência 94.7 MHz), e outras de audiência relevante. A campanha também foi veiculada em anúncios de jornal (nos de maior relevância), outdoor (nas empresas associadas a central de outdoor) e impressos.

O assunto abordado na campanha é a colocação alcançada pelo município de Sorocaba no PMVA. Com uma linguagem simples e direta, a mensagem é passada para os munícipes. Todos os segmentos se encerram com: “Faça sua parte e pense nisso”. Ao finalizar com esta frase, subentende-se que a Prefeitura e a Secretaria do Meio Ambiente estão dizendo que a parte que lhes cabe está sendo executada, e que agora depende de cada cidadão se conscientizar e fazer a sua. A campanha é uma afirmação de que os esforços da Prefeitura e da Secretaria do Meio Ambiente para executar as diretrizes do PMVA foram eficazes. O que resultou em uma boa colocação do município no ranking do Programa no ano de 2010.

3.2 *Matérias jornalísticas*

O material pesquisado foi composto por matérias jornalísticas publicadas de janeiro de 2006 a dezembro de 2016, veiculadas no Jornal Cruzeiro do Sul, escolhido por possuir maior circulação e também por ser o principal jornal da cidade de Sorocaba.

De acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC), o jornal Cruzeiro do Sul, em setembro de 2019, com uma tiragem média de 24.870 unidades no mês, subiu para 19ª posição no ranking nacional e passou a integrar a lista dos 20 maiores jornais em circulação do Brasil⁴.

Para a coleta de dados, foi utilizado o banco de dados digital fornecido pelo jornal, e as palavras-chave empregadas foram: secretaria do meio ambiente, educação ambiental, secretário do meio ambiente, meio ambiente, Prefeitura de Sorocaba e Município VerdeAzul. Um total de 159 matérias foram encontradas. Após chegar neste resultado, foi feita uma seleção para delimitar o *corpus*, descartando aquelas que não possuíam relação com a proposta desta pesquisa, assim como as matérias repetidas.

⁴ Informação disponível no site: <<https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/cruzeiro-do-sul-e-destaque-no-ranking-de-circulacao/>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

Ao não encontrar material suficiente com a palavra-chave Município VerdeAzul, foram selecionadas as matérias que se relacionavam com o tema. Como por exemplo: educação ambiental; esgoto tratado, resíduos sólidos; arborização, biodiversidade; água, qualidade do ar; cidade sustentável, estrutura e conselho ambiental.

O próximo passo foi verificar se havia ou não elementos de Comunicação Pública (CP) nas matérias correspondentes ao tema Município VerdeAzul. A constatação foi que 51 matérias podem ser classificadas como CP.

Dentre as matérias selecionadas como CP, sete foram separadas para demonstrar o que foi levado em consideração, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1. Matérias jornalísticas

	Título da matéria	Ano	Descrição
1	<i>Aterro sanitário tem vida útil de mais 18 meses</i>	2008	Nesta matéria os atores envolvidos são o secretário de Administração da Prefeitura, Januário Rosa e a Secretária de Comunicações (Secom). Além de trazer informações sobre o dinheiro público, ela também faz um alerta para nos conscientizarmos sobre a geração de lixo.
2	<i>Novo Plano Diretor Ambiental recebe propostas em audiência</i>	2011	Trata-se de uma audiência pública com autoridades municipais e representantes da sociedade civil, com o intuito de garantir o desenvolvimento sustentável da cidade, na qual várias propostas são sugeridas, e o cidadão pode ser ouvido.
3	<i>Corte de árvores gera polêmica no Mangal</i>	2012	A artista plástica, Fernanda Monteiro, solicitou o corte de cinco árvores à Secretaria do Meio Ambiente (Sema), pois, segundo ela, estavam causando problemas estruturais em seu imóvel. O pedido causou revolta na auxiliar administrativa, Rosângela Rufino, que decidiu protestar. Para minimizar a situação, a artista plástica decidiu contribuir com a arborização da cidade.
4	<i>Conferência Regional debaterá questões do meio ambiente</i>	2013	Conforme o próprio título diz, esta matéria traz informações sobre a 1ª Conferência Regional do Meio Ambiente. Que, além de contar com uma palestra sobre Política Nacional de Resíduos Sólidos, contará com eixos temáticos abertos para discussão.
5	<i>Plano de Mata Atlântica será lançado até fevereiro</i>	2014	Esta matéria traz informações sobre planejamento ambiental, além de informações sobre as áreas preservadas, ratificando o compromisso da cidade perante as questões ambientais.
6	<i>Expedição com escoteiros percorre rio Sorocaba e recolhe 200 quilos de lixo</i>	2015	A ação promovida pelos escoteiros teve como objetivo alertar a sociedade para o descarte incorreto nos córregos e ruas da cidade. O foco educativo também serviu para informar sobre os processos de restauração ecológica da mata ciliar do rio para preservação da fauna e flora. Esta matéria, além de ter a presença de personagens, tratase também de

			uma experiência coletiva, que caracteriza o texto com mais aspectos narrativos.
7	<i>Sorocaba fica em 7º no ranking do 'Município VerdeAzul'</i>	2016	Esta matéria teve como finalidade informar os municípios sobre a posição alcançada no PMVA. Além de trazer a pontuação (95,25) da cidade no Programa, traz também informações sobre os rankings dos anos anteriores. Além disso, a matéria também explica como os municípios passam a integrar o Programa, de forma voluntária, e suas diretrizes. Para que os objetivos sejam alcançados, o Programa disponibiliza capacitação técnica.

Fonte: Elaboração própria.

Para chegar nestas sete matérias, o critério utilizado foi de separá-las como: a) informação + experiência coletiva + conscientização; b) informação + conscientização; c) informação + ouvir o cidadão; d) informação + prestação de contas + transparência pública + debate público. Esta divisão serviu para demonstrar que as matérias jornalísticas apresentam argumentações/narrativas próximas.

Convém salientar que o papel da CP é o de atuar como uma ferramenta informativa. Por isso, faz-se necessário “organizar estratégias para popularizar os canais de informação adequando-os para cada nicho da sociedade” (PESSONI; FERMAN, 2011, p. 9).

Sob a ótica de Zémor, a CP deve ouvir o cidadão, com o intuito de compartilhar informações de utilidade pública. Por isto, a necessidade do debate público (BRANDÃO, 2007).

Reforçamos que a transparência pública é essencial para trilhar o caminho para a cidadania, já que possibilita o envolvimento e participação dos cidadãos em audiências públicas, para que possam cobrar e supervisionar os gastos públicos, com o propósito de melhorar o meio onde vivem (KOÇOUSKI, 2012b).

Percebendo a comunicação num sentido dialógico, nota-se sua importância em promover a participação e o estímulo à prática da cidadania. Pois “sem a participação popular ou com uma participação restrita, não há prática cidadã” (MAINIERI; RIBEIRO, 2011, p. 54).

Acreditamos que o jornal contribui para o desenvolvimento das interlocuções entre o poder público e o cidadão, pois a informação é um direito humano, indispensável para o fortalecimento da cidadania.

Quanto à narrativa, é reconhecida por Benjamin como uma forma artesanal da comunicação: ela nunca se acaba, está sempre terminando e começando. Uma história é contada para ser facilmente lembrada e recontada. Ela não pretende explicar ou informar algo, sendo

tais elementos característicos da informação, que requer uma verificação imediata do que se comunica, o que não acontece com a narrativa, que não necessita de provas. Ou seja, diferente da narração, a informação estaria comprometida com os fatos. Mais do que qualquer outra forma de comunicação, o jornalismo ilustraria nitidamente a decadência da narrativa (BENJAMIN, 1994).

Para Silva e Santos (2015, p. 8), uma narrativa é “fundamentada na transformação dos fatos pela ação do tempo”, ou seja, ela se faz possível pelas experiências vivenciadas ou relatadas, há uma mudança de um estado de coisas para outro, que caracteriza o tempo transformando os fatos.

No caso das matérias jornalísticas analisadas, o narrador presente nelas é o próprio jornalista, pois é ele que conta os detalhes da cena, do fato jornalístico. Ele faz enxergar o que se passa. O jornalista narrador conta e fornece dados do acontecimento. Contudo, apesar da presença do narrador e em algumas, a presença de personagens, não podemos conceber as matérias analisadas como sendo narrativas, já que estas não apresentam todos os elementos narrativos, pois o seu teor é informativo, apenas, com aspectos mais descritivos. Ou seja, sua principal função é de levar a informação ao leitor, de forma objetiva e sem complexidades. Resumindo, o que se verifica é que as matérias jornalísticas analisadas apresentam aspectos narrativos: são formas de mediar os fatos; apontam agentes – personagens – responsáveis por estes fatos; possuem um cenário, o lugar onde os fatos se deram. Falta, em geral, um enredo – o tempo responsável por desenvolver um enredo, com início, conflito e desfecho. Assim, aquilo que se chama por narrativa jornalística, na maior parte das vezes, é mais característico da descrição objetiva dos fatos, com a finalidade de informar.

As matérias avaliadas têm como propósito levar à população informações sobre as tomadas de decisão da atual gestão, nas quais, às vezes, os atores envolvidos são os próprios cidadãos, que fazem reclamações e/ou denúncias, como corte de árvores, descarte inadequado de lixo, e assim por diante.

A mensagem é passada de forma simples, sem complexidades. Logo, sem indícios de uma narrativa mais complexa, apresentando, na maior parte das vezes, alguns elementos narrativos.

Alguns princípios que pavimentam os caminhos da comunicação pública em busca do exercício da cidadania são o direito do povo à informação, acesso e participação em debates sobre a gestão pública.

A partir do levantamento das matérias jornalísticas, foram identificados elementos que correspondem a CP. Verificou-se que, as matérias jornalísticas não abordam, pelo menos não

diretamente, a palavra-chave “Município VerdeAzul”. Ou seja, só se fala em Município VerdeAzul quando ocorre a premiação. Por isto, a saída encontrada foi levantar as matérias que se encaixavam nas diretrizes do Programa. Os dados coletados apontaram que, a implementação do Programa na cidade, bem como o título de cidade educadora, servem para direcionar a agenda pública do município, no que diz respeito a ações educativas a fim de informar a população sobre problemas ambientais, bem como sobre a existência e as funções de um debate público.

Compreendemos a necessidade da informação, porém, defendemos que para sensibilizar a população, na mudança de seus hábitos, faz-se necessário o emprego de uma narrativa poética. Pois a narrativa, sobretudo a narrativa poética, pode ser uma forma complexa de mediação da experiência, que amplie a nossa visão dos fatos, capaz de conduzir à reflexão. E, apesar da comunicação pública ser mais limitada (em tempo e dinheiro), ela poderia utilizar uma linguagem mais complexa e menos simplista.

As questões ambientais são de grande importância, e a conscientização acerca da preservação do meio ambiente é tanto nossa responsabilidade, enquanto cidadãos, quanto das esferas públicas e privadas. Ou seja, somos todos responsáveis.

O acesso à informação é fundamental, os dados devem ser de qualidade e transparentes, para que os cidadãos possam participar politicamente. É nesse ponto que a CP estabelece um diálogo fundamental entre os direitos humanos e as políticas públicas, pois ela só pode ser concretizada perante um cenário de uma sociedade protagonista que promove e garante os direitos de todos.

4. Considerações e perspectivas

Com base na nossa leitura sobre Comunicação Pública, percebemos esta como sendo uma ferramenta de grande importância para promover a participação da sociedade em debates públicos – pois o envolvimento e participação dos cidadãos em audiências públicas serve para que possam cobrar e supervisionar os gastos públicos; e também como um estímulo à prática da cidadania. Sendo assim, é indispensável levar informações verídicas à população. Em suma, a CP é uma forma de interação entre o poder público e a sociedade, e merece um amplo debate no que tange às questões ambientais, a fim de que se possa esclarecer sobre os rumos desejados por aqueles que vivem em uma comunidade, tornando-os atores e não elementos passivos nos processos decisórios para a implementação de políticas de gestão ambiental nas cidades. No caso de Sorocaba, este debate é fundamental, já que o município é uma referência por ser parte de uma região metropolitana.

Para além das considerações apontadas, a pesquisa revelou que, não se trata de concluir, mas sim de trazer novas perspectivas. Nossa aposta, a partir desta pesquisa, é que as campanhas e matérias jornalísticas, pautadas pela racionalidade e informação, não são o suficiente. Pois, mais do que informar, precisamos nos sensibilizar diante os problemas ambientais que atingem nosso planeta, só assim, talvez, seremos capazes de mudar nossos hábitos perante a natureza e os seres que nela habitam. Como possibilidade de pesquisas futuras, defendemos uma abordagem pelo sensível, pelo poético, que possui a capacidade de comunicar e transformar a maneira de como percebemos o mundo ao nosso redor.

Referências

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRANDÃO, E. P. Conceito de comunicação pública. *Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*, v. 2, p. 1-33, 2007.
- CITELLI, A.; FALCÃO, S. P. Comunicação e educação: um contributo para pensar a questão ambiental. *Comunicação & Educação*, v. 20, n. 2, p. 15-26, 2015.
- DE LIMA, M. D. V.; LOOSE, E.B.; SCHNEIDER, T.C.; NOGAROLLI, A.F.; LAMBACH, H.F. Os dilemas da Comunicação Ambiental no contexto do desenvolvimento hegemônico. *Comunicação Mídia e Consumo*, v. 11, n. 32, p. 203-221, 2014.
- GARCÍA, J. S.; SANTISO, M. S. Comunicação ambiental para o século XXI. *Comunicação & Educação*, v. 15, n. 2, p. 69-76, 2010. 71
- GERZSON, V. R. S.; MÜLLER, K. M. PROCAC/Canoas: comunicação pública e relacionamento com o cidadão. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, n. 38, p. 62-68, 2009.
- GOMES DA SILVA, W.; GASPARETTO HIGUCHI, M. I.; MOREIRA DE FARIAS, M. S. Educação ambiental na formação psicossocial dos jovens. *Ciência & Educação*, v. 21, n. 4, 2015.
- JACOBI, P. Educação ambiental e o desafio da sustentabilidade socioambiental. *O mundo da saúde*, v. 30, n. 2006, p. 524-531, 2006.
- KOÇOUSKI, M. *A comunicação pública face ao dever estatal de informar. Pra não dizer que não falei das flores: estudo de caso do Incra-SP*. 2012a. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-17052013-133211/publico/MarinaKocouski.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

_____. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, H. (Org.). *Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*. São Paulo: ECA-USP, 2012b, p. 71-96.

MAINIERI, T.; RIBEIRO, E. M. A. O. A comunicação pública como processo para o exercício da cidadania: o papel das mídias sociais na sociedade democrática. *Organicom*, v. 8, n. 14, p. 49-61, 2011.

PADUA, S. M.; SÁ, L. M. O papel da educação ambiental nas mudanças paradigmáticas da atualidade. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n. 102, p. 71-83, 2011.

PESSONI, A.; FERMAN, C. M. F. Eventos oficiais como ferramenta da comunicação pública. *Inter FAINC*, v.1, p. 6-11, 2011.

PORTO-GONÇALVES, C.W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PREFEITURA DE SOROCABA. *Sorocaba é exemplo ambiental do Programa Município VerdeAzul (2017)*. Disponível em: <<http://agencia.sorocaba.sp.gov.br/sorocaba-e-exemplo-ambiental-do-programa-municipio-verdeazul/>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

REIGOTA, M. *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 2017.

SILVA, M. C. C.; SANTOS, T. C. Peregrinação, experiência e sentidos: Uma leitura de narrativas sobre o Caminho de Santiago de Compostela. *E-Compós, Brasília*, v. 18, n. 2, p. 1-15, 2015.

SMITH, V. P. Comunicação socioambiental: bases teóricas e aplicação nas práticas de responsabilidade social e sustentabilidade das organizações. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 6., 2012, Belém. *Anais...* Belém: ANPPAS, 2012, p. 1-17.

SORRENTINO, M.; TRAIBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JR., L.A. Educação ambiental como política pública. *Educação e pesquisa*, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.

SOUZA, G. C. G. *Narrativas ambientais: reflexões a partir da comunicação pública sobre o Programa Município VerdeAzul em Sorocaba*. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP. Disponível em: <<http://comunicacaoecultura.uniso.br/producao-discente/2019/pdf/Gisele%20Cristina%20Gabriel%20de%20Souza.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

TRAJBER, R. Educomunicação para coletivos educadores. FERRARO JR., L.A. (Org.). *Encontros e Caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA/Diretoria de Educação Ambiental, 2005.